

Regulação do Setor Portuário

2021

Paulo Renato Jucá

REGULAÇÃO DO SETOR PORTUÁRIO

© Almedina, 2021

AUTOR: Paulo Renato Jucá

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

Editora Jurídica: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556272962

Setembro, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Jucá, Paulo Renato	
Regulação do setor portuário / Paulo Renato Jucá. – São Paulo : Almedina, 2021.	
Bibliografia	
ISBN 9786556272962	
1. Direito marítimo – Brasil 2. Portos – Leis e legislação – Brasil I. Título.	
21-70022	CDU-347.79(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito marítimo 347.79(81)

Cibele Maria Dias – Bibliotecária CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	21
1. A REGULAÇÃO DO SETOR PORTUÁRIO	
1.1. Contextualização do setor portuário	33
1.2. Regimes jurídicos aplicáveis aos operadores portuários	46
1.2.1. A assimetria regulatória	46
1.2.2. Assimetria regulatória nos portos – formas de exploração dos portos	51
1.2.3. Assimetria regulatória em outros setores de infraestrutura	67
1.3. Centralização de competências: as autoridades envolvidas na regulação portuária	70
2. A CONCORRÊNCIA NO SETOR PORTUÁRIO	
2.1. Regulação econômica e concorrência	81
2.1.1. Competências das autoridades da regulação e da concorrência – a relação do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ: limite de competências	85
2.1.2. As falhas de mercado nos portos	90
2.1.2.1. Monopólio natural.....	91
2.1.2.2. Externalidades	94
2.1.2.3. Poder de mercado	97

REGULAÇÃO DO SETOR PORTUÁRIO

2.1.2.4. Barreiras à entrada	100
2.2. Concorrência no setor portuário na vigência da Lei nº 12.815/2013: elementos que contribuem para o exame do caso dos terminais situados no Estado de Santa Catarina.	103
2.2.1. Mercado relevante – concorrência intraporto e interporto	104
2.2.2. A contratação da mão de obra como fator determinante	111
2.2.3. Integração vertical no marco regulatório dos portos: a relação entre operadores portuários e armadores	116
2.2.4. O compartilhamento de infraestruturas.	121
3. O CASO DOS TERMINAIS DE CONTÊINERES DE ITAJAÍ E NAVEGANTES NO ESTADO DE SANTA CATARINA	
3.1. Os terminais escolhidos para a pesquisa	127
3.2. O início das operações do terminal público arrendado de Itajaí	132
3.3. Fatores de decisão para a escolha terminais portuários por parte dos armadores	135
3.4. O desempenho do terminal arrendado de Itajaí antes da Lei nº 12.815/2013.	136
3.5. Os impactos de um novo competidor – o terminal privado de Navegantes	142
3.6. Resultado do comparativo entre os terminais público e privado	155
3.7. Os desafios do regime assimétrico – tentativa pelo caminho da mutabilidade e consensualidade	162
CONCLUSÕES	171
REFERÊNCIAS	175